

CONHECER O HOMEM, COMPREENDER SEU TEMPO: sobre a importância de José Getúlio da Frota Pessôa e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova para a história da educação brasileira¹

Gabrielle Bessa Pereira Maia²

Resumo:

A década de 1920 encerrou significativas modificações na educação brasileira sentidas com mais profundidade nos anos seguintes. Dentro desse contexto, destacam-se intelectuais e reflexões aqui representadas pelo vulto histórico José Getúlio da Frota Pessôa e o conhecido “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932), respectivamente. Partindo de tais considerações, destacamos as aproximações e divergências existentes entre o pensamento do referido intelectual e o documento do escolanovismo.

Palavras-chave: José Getúlio da Frota Pessôa; Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; Educação.

Abstract:

The 1920s yielded significant changes in Brazilian education which were felt more deeply in subsequent years. Within this context, we highlight intellectuals and reflections represented by the historical character José Getúlio da Frota Pessôa and the well known "Manifest of the Pioneers of New Education" (1932), respectively. Based on those considerations, we highlight the similarities and differences between the thought of that intellectual and the document of the New School.

Keywords: José Getúlio da Frota Pessôa; Manifest of the Pioneers of New Education; Education.

¹ Esse artigo é um fragmento da pesquisa desenvolvida pela autora sobre a classe intelectual cearense e a política educacional da oligarquia Nogueira Accioly, no período que compreende os anos 1896 a 1912.

² Pedagoga, psicóloga e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará - UFC (Linha de Pesquisa: História e Memória da Educação). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: gabibpm@yahoo.com.br.

O presente artigo propõe-se conhecer o pensamento educacional de José Getúlio da Frota Pessôa³, através da sua obra “A Educação e a Rotina – Theses Heterodoxas”, publicada em 1924 quando o autor ocupava o cargo de Secretário Geral da Instrução Pública no Rio de Janeiro.

Intencionamos entender as concepções de educação subjacentes ao seu conteúdo, destacando com isso o panorama das propostas educacionais pelo qual passava o nosso país a época da publicação da referida obra. Utilizaremos como elemento norteador o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932), realizando um paralelo entre as concepções educacionais contidas no livro e o documento dos pioneiros.

Realçaremos alguns pontos de concordância e discordância entre as concepções educacionais propostas por Frota Pessôa em “A Educação e a Rotina” e o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932) por entender que o documento dos pioneiros encerra uma vasta gama de premissas, bem como a obra de Frota Pessôa contém inumeráveis pontos que extrapolam o breve espaço de um artigo.

A escolha do manifesto deve-se ao fato de que Frota Pessôa foi um dos seus 26 signatários, além do que esse documento representa um coroamento das idéias pedagógicas em ebulição desde os anos 1920, resultado das concepções de vários intelectuais preocupados com os rumos da educação naquele período, interessados em divulgar saberes renovados para a época, tais como a psicologia e a ciência. Esses intelectuais fazem parte de um movimento denominado Escola Nova, ou escolavismo.

O contexto histórico do nosso país no qual se desenvolvem as propostas do escolanovismo, pertencem a um momento muito peculiar da educação nacional, daí podermos afirmar que todos os “gêrmens” latentes de uma prática educativa mais madura, finalmente encontram solo fértil para florescer. Essa premissa é nomeada por Nagle (2001) de o “entusiasmo pela educação”, representando uma das conseqüências da mudança e progresso político, social e econômico porque passou a sociedade brasileira naquele momento.

A década de 20 representou o ponto de ebulição para a efervescência observada nos anos 30, sendo identificadas reformas e pensamentos na vanguarda educacional

³ Para que pudéssemos empreender a contento nossa proposta de traçar o perfil biográfico de Frota Pessôa, valemo-nos de um livro que ainda encontra-se aguardando publicação, intitulado provisoriamente de **Frota Pessôa: um cronista da educação** (Vieira, no prelo). Interessa destacarmos a dificuldade em encontrar literatura de referência para a pesquisa, sendo esse um dos motivos pelos quais restringimo-nos quase que exclusivamente ao referido livro e ao Dicionário de Educadores no Brasil, de Fávero e Britto (2002).

deste período que representaram as “circunstâncias propícias ao movimento renovador que resultaria no Manifesto de 1932” (VIEIRA & FARIAS, 2003, p. 85).

Católicos e liberais são duas correntes que se destacaram no debate educacional naquele momento, caracterizando novas concepções culturais que influenciaram movimentos político-sociais. Novas forças econômicas, políticas, sociais e culturais atuavam em lados opostos, como por exemplo o da civilização agrário-comercial *versus* a civilização urbano-industrial (NAGLE, 2001).

A década de 30 representou um momento de transformação em nosso país, em que ocorreu intenso processo de industrialização e urbanização, acarretando em nossa gente a vontade de ver seus filhos fazendo parte do universo letrado antes monopólio das elites (GHIRALDELLI JR., 2009). Mudanças ocorreram e a União retomou “as rédeas da formulação das políticas educacionais, procurando resgatar atribuições que vinham lhe sendo subtraídas desde a promulgação do Ato Adicional de 1834” (VIEIRA & FARIAS, 2003, p. 86).

Na política, o presidente paulista Washington Luís foi deposto e ascendeu ao poder em 1930 o Governo Provisório de Getúlio Vargas, representante das forças oposicionistas que integravam a Aliança Liberal (VIEIRA & FARIAS, 2003). Foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, para ocupar sua pasta, foi convidado Francisco Campos, nome dado à reforma promulgada em 1931.

Ao mesmo tempo em que a referida reforma incentivava a centralização da política nacional de educação, trazendo para a responsabilidade da União a educação conferida aos estados, oferecendo ainda uma estrutura orgânica aos ensinos secundário, comercial e superior (ROMANELLI, 2006), esta também foi alvo de sugestivas críticas:

As críticas à Reforma Francisco Campos destacam o teor enciclopédico e elitizante da proposta curricular do ensino secundário, que embora tenha lhe conferido certa organicidade, acaba por criar um ponto de estrangulamento ao descuidar dos cursos profissionalizantes, exceto o ensino comercial. Tal medida gera uma desvalorização dessa formação e o aumento da demanda pelo ensino acadêmico. (VIEIRA & FARIAS, 2003, p. 93)

Francisco Campos teve atuação importante no campo da educação não apenas pelas reformas implementadas em sua gestão no Ministério da Educação e Saúde Pública, mas, por sua presença nas discussões da ABE (Associação Brasileira de Educação). Fundada em 1924, essa entidade era responsável pela organização, discussão e realização de congressos bastante concorridos na área educacional naquela época (GHIRALDELLI JR., 2009).

Entre uma conferência e outra da associação, um grupo de jovens intelectuais “assinaram um texto que se tornou um clássico na literatura pedagógica da história e filosofia da educação brasileira: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932” (GHIRALDELLI JR., 2009, p. 41).

Interessa para nós, antes que sigamos no nosso intento, a partir desse momento realizar um rápido passeio pela biografia de José Getúlio da Frota Pessoa, único intelectual cearense a participar da assinatura do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, realizando um resumo das informações encontradas em Vieira (no prelo) e Fávero e Britto (2002).

O autor foi um intelectual cearense nascido na Fazenda Bolívia⁴, situada no interior do Ceará, mais especificamente na região do município de Sobral, nascido a 02 de Novembro de 1875, filho de Emiliano Frederico de Andrade Pessôa (1836 – 1910) e Maria Adelaide Frota Pessôa (1842 – 1936) e tendo falecido no Rio de Janeiro, a 01 de Agosto de 1951.

Seus pais eram professores e tiveram um total de nove filhos, tendo morrido dois ainda quando crianças, José e Emiliano. Os filhos eram os seguintes, por ordem cronológica de nascimento: Maria Emília, a Maroquinha, nascida em 1872, Frota Pessôa, nascido em 1875, Ana Letícia (1877), Pedro Emiliano (1879), Isabel Inah, a Sinhazinha (1881), Julieta (1883) e Marinete, a Maria (1884).

Frota recebeu as “primeiras letras” de seus pais, como era comum naquela época àqueles filhos de pais alfabetizados, sendo iniciado nos estudos relativos à instrução primária e secundária.

⁴ Por hora, encontramos discordância entre as informações de Vieira (no prelo) e as de Fávero e Britto (2002) quanto ao sobrenome Pessôa de nosso biografado. Segundo Vieira, José Getúlio assinava Pessôa com o acento circunflexo, como forma de diferenciar-se, mas, este é um o sobrenome de família tradicional de Sobral e na literatura sobre a cidade encontramos registros sempre sem acento. De fato, nas obras de Frota, observamos que seu nome aparece sempre grafado: Pessôa.

Ainda criança Frota Pessoa veio morar em Fortaleza, completando seus estudos no Colégio Anacleto de Queiroz e no Liceu do Ceará⁵, entre os anos 1891 e 1892. Em 1893, mudou-se para o Rio de Janeiro e, logo se entusiasmou pela carreira de engenheiro, mas, dois anos após prestar exame para esse curso e lograr êxito (1896), abandonou essa área e, em 1898, passou no concurso para amanuense. No intervalo entre a saída do curso de Engenharia e a ascensão ao cargo de amanuense, deu aulas particulares de Matemática, trabalhou no Serviço de Recenseamento e exerceu o cargo de amanuense interino da Diretoria de Instrução Pública do Rio de Janeiro. Frota Pessoa participou ativamente de agremiações culturais, tais como a Padaria Espiritual e o Centro Literário, ambas criadas em Fortaleza nos anos 1892 e 1894, respectivamente⁶.

Em 1901 iniciou o curso de Direito na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, diplomando-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1904. Atuou como advogado entre os anos 1905 e 1911, tornando-se também redator do jornal *O Comércio*, e colaborador dos seguintes jornais: *O Porvir*, *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro) e *Revista do Brasil* (São Paulo). Como jornalista, tornou-se redator dos jornais a seguir: *A Gazeta de Notícias*, *O País*, *Folha da Tarde*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*.

A partir de 1904, mesmo afastado presencialmente das terras alencarinas, empreendeu fortes críticas ao governo Accioly no Ceará, vigente desde 1896, sendo derrubado por um levante popular em 24 de janeiro de 1912. Tais críticas foram realizadas no momento em que ele era sócio e secretário do Centro Cearense, sediado no Rio de Janeiro. Consta de 1910 a publicação de sua obra mais contundente de repúdio aos ditames do governo acciolino: *O Oligarcha do Ceará – a chronica de um déspota*⁷.

⁵ Sobre a importância do Liceu do Ceará para o universo letrado do período, vale lembrar que ele representava a possibilidade de formação escolar secundária no nosso estado. Tendo sido inaugurado em 1845, representou um avanço para os estudantes cearenses que, após concluírem as primeiras letras, deveriam se dirigir para Recife, Salvador ou para a Corte, para dar prosseguimento aos seus estudos acadêmicos. Com a inauguração do Liceu, esses estudantes poderiam formar-se na referida instituição (OLIVEIRA, 2002).

⁶ Assim como muitos homens letrados do seu tempo, além de escrever sobre as agruras políticas que acometiam seu povo, Frota Pessoa arriscava sua intelectualidade no campo literário, tendo publicado salmos, sonetos, contos e poesias de relevância para os críticos da época. São alguns exemplos de sua inclinação literária e artística: o conto “A moita do enforcado” (1894), o livro “Psalms” (1898), “Crítica e Polêmica” (1902), a letra da canção “Coração Indeciso”, em parceria com o compositor cearense Alberto Nepomuceno, autor da música do Hino do Ceará (1903), que musicou os versos.

⁷ Vieira (no prelo) compila os textos de cunho político de Frota Pessoa, a partir de informações extraídas do livro *A Realidade Brasileira* (1931) e de pesquisas em acervos de instituições do nosso Estado, que são os seguintes: *Mensagem do Centro Cearense ao Ceará* (1904), *Contra os furtadores – Carta ao Ceará* (1906), *Contra os furtadores – Segunda Carta ao Ceará* (1906), *Os Impostos de Cabotagem no Ceará*

Com a saída de Nogueira Accioly do governo, Marcos Franco Rabelo foi empossado presidente do estado e Frota Pessôa se tornou seu colaborador direto, ocupando o cargo de Secretário de Negócios do Interior e Justiça (1912 a 1913) e realizando a reforma do Poder Judiciário no nosso estado.

Casou-se com Maria José Gomes da Cunha, professora, diretora de escola municipal, assistente de Pedagogia e Psicologia da Escola Normal e membro do Conselho Superior de Instrução do Rio de Janeiro e juntos têm quatro filhos: Renato, (1906 – 1932), Celso (1909 – 1979), Regina, (1912 – 2007) e Oswaldo (1917), caçula, responsável atualmente pelo acervo da memória de Frota Pessôa.

Logo após voltar para o Rio de Janeiro em 1916, o intelectual sobralense ocupou os cargos de Secretário Geral da Instrução Pública e Sub-diretor da Instrução Pública na Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, e por essa época datam seus escritos mais consideráveis sobre o campo educacional, estendendo sua produção nessa temática, dentre livros e artigos, até 1948⁸.

No final de 1932, quando assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, começou a escrever na coluna “Educação e Ensino”, do Jornal do Brasil, sendo esse um período fertilíssimo de seu pensamento educacional. José Getúlio da Frota Pessôa falece em 01 de agosto de 1951, de câncer pulmonar, logo após o encerramento dessa derradeira atividade.

O livro “A Educação e a Rotina” compreende uma coletânea de textos escritos entre os anos 1916 e 1923, logo após os governos federais de Marechal Hermes da Fonseca (15/11/1910 a 15/11/1914) e Wenceslau Braz (15/11/1914 a 15/11/1918), respectivamente. Importa citar tais regimes de governo por estes compreenderem reformas de ensino significativas para a contextualização do pensamento educacional de Frota Pessôa, que sejam: Rivadávia Corrêa, proposta no governo de Hermes da Fonseca (1911), que aprovou o regulamento do Collegio Pedro II, como tentativa de modificar a

(Memorial ao Supremo Tribunal) (1906), O Açude do Quixadá (Representações do Centro Cearense ao Presidente eleito da Republica) (1906), Impostos Inconstitucionaes (Memorial ao Supremo Tribunal) (1906), Contra os Furtadores (Terceira Carta ao Ceará) (1907), Impostos Inconstitucionaes no Ceará (Memorial ao Supremo Tribunal) (1908), A oligarchia do Ceará (Contestação á eleição senatorial de 30 de janeiro de 1909) (1909), O oligarcha do Ceará – a chronica de um déspota (1910), A Judéa Brasileira (Contestação á eleição senatorial de 28 de fevereiro de 1911) (1911), A intervenção no Ceará (Petição de habeas-corpus impetrado ao Supremo Tribunal a favor da Assembléia Legislativa Cearense) (1914) e, constam ainda vários artigos e entrevistas.

⁸ São algumas dessas obras de caráter educacional: A Educação e a Rotina – theses heterodoxas (1924), Divulgação do Ensino Primário (1928), A Realidade Brasileira (1931) e artigos publicados na coluna “Educação e Ensino” no Jornal do Brasil. De acordo com Vieira (no prelo), Frota Pessôa escreveu mais de 2.000 artigos sobre educação, sendo este o motivo pelo qual optamos por destacar apenas os livros de maior relevância para nós no momento, e entre eles a obra que optamos por trabalhar.

estrutura do ensino superior no nosso país; e, a reforma Carlos Maximiliano, presente no governo de Wenceslau Braz, voltada mais para a reorganização dos ensinos secundário e superior na República.

Além do Prefácio escrito pelo próprio autor, o livro reúne os seguintes textos: A educação moral comporta um programma? (1916), A instrução adequada (1917), As perversões da educação cívica (1917), Infiltração technica (1918), O preconceito da instrução gratuita (1918), Cultura phisica (1918), A infiltração burocrática (1918), O programma, o exame e a sebenta (1918), Uma ideia condemnada (1920), Educação popular (1921), A reforma paulista (1921) e A educação e o ideal (1923).

Sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, este inicia destacando que nenhum outro problema é de tamanha importância quanto o da educação, nem o de aspectos econômicos, pois, não se concebe desenvolvimento econômico sem desenvolvimento da educação e da cultura de um país. Assim, depois de 43 anos de regime republicano, Fernando de Azevedo (1932) afirma que a educação de nosso país ainda se encontrava aquém dos pressupostos idealizados quando da instituição desse regime político, constituindo-se um sistema “fragmentário e desarticulado” (AZEVEDO, 1932).

Tal situação deveu-se ao fato das recorrentes reformas de ensino implementadas em nosso país serem desarticuladas com a realidade educacional e social do nosso povo, e ainda à “falta de espírito filosófico e científico” das nossas estruturas educacionais, bem como na ausência de uma firme estrutura universitária e de um exacerbamento de uma cultura literária por excelência.

Assim, a deficiência de se encontrar um norteamento para os objetivos e os fins da educação estaria na inexistência de uma concepção científica de educação, que pudesse orientar sobre “os processos mais eficazes para a realização da obra educacional”.

O educador, de acordo com a leitura do documento, deveria também possuir uma ampla formação sociológica, filosófica e científica, para que sua compreensão dos fenômenos sociais, que tanto influenciavam no pensamento e na formação das concepções educacionais, bem como na dinâmica cotidiana da escola, pudessem ser contemplados com mais desenvoltura e propriedade.

De acordo com as premissas acima, no texto *A reforma paulista*, Frota Pessoa (1924) defende que o ensino primário⁹ deveria deixar de se preocupar com o conteúdo e se voltar mais para a formação de uma massa crítica, conhecedora da realidade da vida. Confirmamos a seguir:

Que importa que a creança termine seu curso primário sem conhecer as regras de grammatica, os theoremas de arithmetica ou os accidentes geographicos? O que é essencial é que saia apta a aprender todas essas cousas e com uma visão geral dos princípios e problemas da vida. (FROTA PESSÔA, 1924, p. 80)

A seguir destacamos uma passagem de Frota Pessoa (1924) que faz alusão à formação do educador não apenas restrito aos campos supramencionados, mas, responsável por uma formação continuada. Tal passagem está contida no texto “Infiltração tecnica” em que o autor homenageia as seguintes iniciativas da educadora D. Ester Pedreira de Mello: o segundo ano da “Revista Escola Primária”, a criação de uma inspetoria de ensino que trouxe mais organização ao ensino primário do distrito de sua competência e a fundação de um conselho de inspetores - centro responsável pela organização e discussão de temas de interesse dessa classe – em que eram realizadas conferências que reuniam um número considerável de educadores envolvidos no processo.

Importantes questões se têm debatido nessas palestras. Ellas alvoroçam quinhentas ou seiscentas pessoas que bem entendem que o offício de ensinar é de eterna aprendizagem. [...] Ouvir explicar ideias é sempre útil, mesmo quando se não concorda com o expositor. (1924, p. 38)

Azevedo (1932) justifica a formação do movimento de renovação educacional, afirmando que sua organização tinha a finalidade de apoiar uma nova possibilidade de se entender a educação para além dos tratos rotineiros (alusão ao título *A Educação e a*

⁹ Vale lembrar que essas assertivas diziam respeito a propostas para o sistema educacional do Distrito Federal a época, mas, que servem para que conheçamos o pensamento do nosso autor.

Rotina, de Frota Pessoa). Para os pioneiros, a solução dos problemas da educação poderia se dar da mesma maneira que a resolução dos problemas da “engenharia e das finanças”.

A renovada proposta do manifesto encontrava, todavia, embargos na visão e na conformação tradicional dos antigos como dos novos aspirantes da intelectualidade educacional, ainda reféns de uma concepção antiga e entranhada nos moldes da educação familiar a que estavam acostumados.

Inteligentemente, o manifesto afirma que uma reforma educativa não poderia realizar-se sem uma reforma social, destacando a efervescência do momento vivido pelo Brasil nos idos da década de 1930, e confirmando que essa reforma social só se efetivaria a partir de uma interferência intensa da escola sobre os indivíduos e que tal movimento seria instigado pelas forças organizadas da cultura e da educação.

A educação, portanto, responderia aos ideais e às estruturas sociais de cada época, mas, os fins da educação estariam nas possibilidades de conformação dos educandos a estes ideais e estruturas, distanciando-se de um mero desenvolvimento anárquico das potencialidades de seus indivíduos (AZEVEDO, 1932).

Assim, a educação nova seria uma reação às tradicionais estruturas sociais mais preocupadas com os interesses de classe, com a manutenção dos privilégios daqueles provenientes das classes mais abastadas e, assim, detentores do passaporte certo para o ambiente educacional. A certeza de ingresso na escola pelas vias da condição econômica é questionada no manifesto, deslocando o direito à educação para o “caráter biológico” dos indivíduos, em que as aptidões naturais dariam a possibilidade de ingresso na escola, ancoradas na “hierarquia das capacidades”, democratização por excelência do direito à educação e profunda incentivadora dos direitos dos indivíduos (AZEVEDO, 1932).

Um princípio interessante proposto pelo manifesto é o de que a escola seria responsável por uma condição individualista da dinâmica individual na sociedade, centrada que estava em uma concepção burguesa de educação, ao passo que a educação nova teria o objetivo de interrogar essas antigas estruturas através do incentivo de uma escola fundada sobre a atividade e a produção, desenvolvendo nos homens um espírito coletivo, disciplinado, cooperativo e solidário (AZEVEDO, 1932).

Ao deslocar os interesses da educação para as funções biológicas dos sujeitos, a educação nova estaria desprivilegiando certos segmentos sociais e, dessa forma, assegurando os princípios mutáveis e permanentes da vida humana, valores esses que se

assentariam nos princípios acima citados de solidariedade e cooperação, provenientes do exercício prático do trabalho, situado no manifesto como uma grande “escola de formação da personalidade moral”.

Como exemplos dos valores permanentes, responsáveis por fazer ascender a alma humana, encontramos referência ao trabalho, a renúncia, o espírito de justiça, tudo isso em consonância com a idéia de que exercemos muito bem tais prerrogativas quando exercemos nosso lugar na sociedade. Segundo o manifesto, não somos homens primeiro e seres sociais depois, somos seres sociais e, em última instância, através da ferramenta do trabalho, exercitamos os valores nobres e permanentes responsáveis por nossa evolução moral plena (AZEVEDO, 1932).

Uma das funções do Estado seria prover a sociedade da educação e esta seria essencialmente pública e de sua inteira responsabilidade, oferecendo à família, num primeiro momento, uma posição secundária, mas, de acordo com o manifesto, mesmo o Estado assumindo para si essa função, jamais pode prescindir da família e do apoio que ela dá à escola.

Outro ponto nevrálgico da proposta do manifesto é o da escola única, para todos, independente de camada social, e que, entre sete e quinze anos de idade, todas as crianças poderiam ser confiadas aos cuidados da escola única, oficial e gratuita, numa proposta educativa igual para todos, para que o educando pudesse desenvolver plenamente suas aptidões vitais.

No prefácio de *A Educação e a Rotina*, escrito pelo próprio autor, ele propõe que educação primária e ensino técnico se articulem formando uma “educação única” sob pena de que, se o mesmo não se efetivar, todo o esforço oficial em favor da formação da criança estaria sacrificado (FROTA PESSÔA, 1924, p. 17).

Para os pioneiros, a educação deveria transcender as disputas religiosas, sob pena de tornar-se a escola um campo minado em que as mais variadas seitas e doutrinas podem utilizar-se para a divulgação de seus pressupostos, sem o devido respeito à liberdade de credo dos indivíduos. Assim, a educação deve estar situada para além dessas querelas, sendo este princípio o da laicidade.

Os princípios da gratuidade e da obrigatoriedade interpenetram-se, pois, de acordo com o primeiro, o Estado deve tornar gratuita toda e qualquer instituição oficial de educação, procurando garantir que não apenas uma camada privilegiada da sociedade tenha acesso aos benefícios educacionais, mas, toda e qualquer pessoa que disponha das mínimas condições para o exercício educativo.

Em “O preconceito da instrução gratuita” Frota Pessoa discorda radicalmente da oferta universal da escola pública a todas as camadas sociais proposta pelo Manifesto. Para ele os mais abastados economicamente deveriam indenizar o Estado, ajudando no custeio da Educação. Atentemos para suas palavras:

O credito do ensino municipal attráe ás escolas publicas alumnos de todas as categorias sociaes, sendo talvez de metade o numero dos que pertencem ás classes medias e abastadas. Ora, não há nenhum interesse de ordem publica em ministrar o ensino gratuito a essa espécie de alumnos, porquanto a necessidade de instrução está tão arraigada no espírito da burguezia que um pae se privará de elementos de conforto, se fôr preciso, para educar os filhos. Se isso é incontestavel, não se comprehende por que razão se persiste no estranho regimen de dar professores, material escolar, livros e até passes de bonde a filhos de commerciantes, medicos, funcionarios, militares, capitalistas, pondo-os em uma odiosa igualdade com os dos proletareos, dos trabalhadores braçaes, dos serventuários modestos. É preciso que toda essa gente indemnisse a municipalidade pela educação de seus filhos, ou procure o ensino particular, tão disseminado e abundante. (1924, ps. 42-43)

A obrigatoriedade do ensino seria um elemento próximo da gratuidade, pois, o Estado não poderia tornar obrigatório algo que a sociedade não poderia efetivamente participar, adquirir. Azevedo (1932), porta-voz do movimento, aproveita esse pressuposto para realizar uma crítica a falta de estrutura escolar que pudesse honrar com essa prerrogativa e defende a tese de que se faz necessária a gratuidade da educação, principalmente nas sociedades modernas, em que o industrialismo e a exploração humana não poupam nem os jovens e nem as crianças.

Referendando a premissa primordial de que a Educação Nova assenta-se sobre bases biológicas da educação, o manifesto traz a idéia da coeducação, “educação em comum”, ou seja, já não se poderia separar um e outro sexo no oferecimento do ensino. Partindo do pressuposto de que o que está em jogo é o desenvolvimento das aptidões

inatas dos indivíduos, meninos e meninas teriam condições iguais, bem como uma mesma oportunidade nos processos educativos, salvo nas situações de justificação psicológica e profissional (AZEVEDO, 1932).

Sem quererem parecer partidários de uma política centralizadora da educação, deixando repousar sobre a União as diretrizes das políticas educacionais, os pioneiros são incisivos quando afirmam que ao Estado maior recai a organização de uma unidade nacional pelas dinâmicas educativas, mas, de longe traduzindo-se numa morte das peculiaridades de cada região, de cada unidade geográfica. Serão determinados princípios gerais para toda a unidade federativa, com fundamentos nacionais previstos na constituição, mas, sem menosprezar a necessidade de adaptação da escola aos interesses e particularidades regionais.

A nova concepção de escola se fundaria não mais no verbalismo, na passividade e no intelectualismo do ensino tradicional, mas, na espontaneidade, na coerência entre os conteúdos e o momento evolutivo dos indivíduos, apostando numa correspondência entre as propostas educativas e o desenvolvimento biológico do educando, respeitando a lógica dos interesses infantis, distanciando-se da formalidade adulta dos processos educativos.

São esboçadas as linhas gerais de reconstrução do sistema educacional, em que uma dessas diz respeito à articulação coerente entre os níveis de ensino, onde se almeja uma certa linearidade entre, por exemplo, o ensino primário e o profissionalizante e entre o ensino secundário e o superior.

O manifesto destaca uma certa preocupação com as massas de alunos oriundos do meio rural que, tão logo encerram seus estudos, tornam-se, no dizer da inspiração dos pioneiros, “parasitas” (Azevedo, 1932, p. 13). Para que se evitasse a perpetuação dessa condição já difundida entre os jovens, a proposta é de extensão da “escola do trabalho educativo e da escola do trabalho profissional”, baseadas nos princípios de cooperação e exercício do trabalho e ajustadas às peculiaridades regionais, bem como às necessidades das indústrias dominantes, não esquecendo a base técnica e científica dos meios educacionais que rompem estrategicamente com a visão excessivamente literária de nosso sistema de ensino e a vinculação da escola ao meio social.

A seguir reproduziremos uma fala de Frota Pessoa, ilustrativa das assertivas acima:

Trata-se finalmente de fundir numa só a escola primaria e a escola profissional, como um programa único, segundo o qual desde o primeiro anno se proporcione á creança a educação mental, a educação phisica, a educação moral e a educação technica, numa convergência harmoniosa e racional para um objectivo preciso e útil: converter uma massa plástica e rude uma individualidade apta e forte. [...] E a escola de hoje? Só se preocupa com a educação mental, instrue mais do que educa, fadiga mais do que instrue; della sae a creança, como o condemnado que acaba de cumprir sua sentença, sem rumo, sem saber que faça do que aprendeu, que de nada lhe serve. (Prefácio)

Mas, no artigo nomeado A educação e o ideal, um discurso proferido no Ginásio Anglo-Brasileiro como paraninfo da turma do curso Comercial, ele complementa sua concepção de ensino profissional:

Não confundamos a educação tomada na sua accepção mais lata com o simples preparo pratico para determinada profissão. A aptidão profissional só se adquire no fim do tirocínio educacional systematico. Antes de alcançar esse objectivo, o individuo soffre durante muitos annos o martello, a talhadeira, o buril e a lixa do esculptor que trabalha na sua matéria bruta, afim de fazer della sua obra de arte. (FROTA PESSÔA, 1924, p. 156)

A estrutura do sistema educacional seguiria a lógica das hierarquias, sendo assim dividido: escola infantil ou pré-primária (4 a 6 anos), escola primária (7 a 12 anos), escola secundária (12 a 18 anos) e escola superior ou universitária. Todos esses níveis, portanto, fazem parte de uma modificação geral da dinâmica educacional, migrando de uma concepção passiva de educação para uma ativa, criadora (AZEVEDO, 1932).

No que diz respeito à escola secundária, o manifesto faz algumas considerações mais detidas sobre esse nível de ensino, criado para esmaecer a distância entre

trabalhadores manuais e intelectuais, pois, considera este o ponto nevrálgico das questões ligadas às reformas de ensino.

No artigo A reforma paulista, Frota Pessôa (1924) destaca que é dever da escola pública formar o cidadão das grandes massas para compor a maioria de natureza profissional, já a outra finalidade da educação, responsável pela formação da elite burguesa, ficaria ao encargo de outras iniciativas educacionais. Assim, tal concepção se afasta do proposto pelo documento dos pioneiros, que não previa unicamente ao Estado a oferta de ensino profissionalizante.

Mas, no que concerne ao esmaecimento das disparidades entre as classes sociais em nosso país, manifesto e Frota Pessôa se unem em uma mesma reivindicação a favor da aproximação destas. “Ouçamos” a proposta do intelectual sobralense:

Conheço a objecção: “Dest’arte o Estado dividirá os cidadãos em castas – os pobres e os ricos, os intellectuaes e os proletários, os privilegiados e os explorados – quando o que lhe cumpre é confundir as classes sociaes, tratando todos os que as compões no mesmo pé de egualdade, para formação da amalgama democrática. (1924, ps. 74-75)

Com relação ao ensino universitário, este nível de ensino deveria migrar, de uma condição restrita de formação dos profissionais "liberais" da engenharia, da medicina e do direito, para oferecer formação científica, profissional, técnica e gratuita a todas as profissões, sem distinção, sendo criadas em novas bases, ou reorganizadas, faculdades de ciências sociais e econômicas, de ciências matemáticas, físicas e naturais, e de filosofia e letras adequadas a cada variação mental e, conseqüentemente, aos níveis de variação mentais dos educandos, desempenhando as funções de criadora da ciência, de transmissora dos conhecimentos docentes e popularizadora das ciências e das artes.

Vemos no manifesto a defesa do saber científico em franca consonância com a pesquisa, e uma crítica ao ensino superior de nosso país. Segundo o documento, o ensino universitário estaria sempre subjugado a uma formação eminentemente técnica, responsável por uma erudição superficial e sem utilidade, com aplicações meramente utilitárias e mecânicas para alguma função pública ou alguma carreira privada.

Ao ensino universitário caberia a função de alavancar os estudos científicos dos problemas nacionais do nosso país, procurando combater em nós a falta de crítica, o cepticismo, a indiferença e a neutralidade.

O manifesto termina suas considerações sobre a educação universitária, ressaltando o quanto a universidade representa o ápice das instituições educativas, e que ela seria responsável pela formação das “elites” intelectuais, da qual fariam parte também nossos professores, dos “melhores”, de nosso país a partir de critérios situados nas potencialidades dos educandos, jamais pela diferenciação de caráter econômico. Assim, os responsáveis pelo pensamento da nossa consciência social brasileira, seriam formados desde suas aptidões inatas, salvaguardados pelo incentivo do nosso sistema de educação.

Seria extinta, assim, a anarquia segundo a qual em todas as profissões podiam ser extraídos professores para comporem os quadros da docência de nosso país, iniciando-se uma preparação profissional mais específica destes, sem esquecer a justa remuneração docente, importante para o desempenho da função com dignidade e eficiência.

Por fim, a escola seria um elemento social onde crianças, adolescentes e mocidade exercitariam suas potencialidades individuais e biológicas, num ambiente mediado pelas transformações sociais mais amplas. A educação não se encontraria confinada no espaço escolar, ela se faria na dinâmica social, trazendo à cena do processo educativo outras instituições importantes na trajetória da construção do conhecimento: instituições periescolares e postescolares, família, associações de ex-alunos, agrupamentos profissionais, imprensa, por exemplo.

Fávero e Britto (2002, p. 626-627) sintetizam as concepções educacionais de Frota Pessôa e dos demais intelectuais envolvidos no Manifesto dos Pioneiros de 1932 enquanto comprometidos com a construção democrática da educação do nosso país. A seguir transcrevemos na íntegra a fala elucidativa dos referidos autores:

“Para eles, a educação democrática que exigia investimento de recursos públicos não poderia ficar limitada à fórmula simplista – *ler, escrever e contar*. Seria necessária uma cultura elementar, noções de instrução cívica e, sobretudo, desenvolvimento da capacidade técnica para o trabalho. No seu entender, a escola que a nação reclamava e a que o Distrito Federal deveria

oferecer como exemplo seria uma escola de educação popular, que tivesse desde o primeiro ano caráter prático e intuitivo. Uma escola que fundisse a cultura geral e a cultura técnica na habilitação do estudante para a indústria, para a agricultura, para os ofícios manuais e, ao mesmo tempo, o equipasse com noções e preceitos indispensáveis ao exercício da cidadania. Uma escola que as camadas mais pobres procurassem por gosto e por interesse. [...] No seu ponto de vista, o não oferecimento de escolas e professores em número suficiente pelos poderes públicos, fosse dos Estados, fosse do Distrito Federal, era um problema a ser enfrentado pelo Governo da União, que gastava pouco com a educação. Desse modo, recomendava a intervenção deste, para que também fosse obrigatória a aplicação de recursos pelos Estados e Municípios em serviços exclusivos para a instrução primária em todo o País. Tal intervenção deveria ocorrer ainda no tocante à formação de professores adequados a uma nova escola popular. Reconhecia que a eficácia da difusão do ensino primário brasileiro dependia da definição do objetivo pedagógico e social deste, de acordo com as necessidades mais imperiosas da nação, pe processos didáticos adequados ao meio e às condições econômicas e culturais da população, de pessoal técnico habilitado e dedicado, de esforços conjugados e harmônicos dos poderes públicos, da criação de um órgão de superintendência educacional que fosse plástico, vibrante, com poucos burocratas e de investimento financeiro adequado, definido pela União, percentual obrigatório de aplicação por parte dos Estados (20%) e Municípios (10%) da receita geral de suas competências.”

Segundo Vieira & Farias (2003), o manifesto representou um avanço do ponto de vista pedagógico e da forma de oferta da educação por parte do Estado, importância que, decorridos 70 anos, ainda se apresenta como muito atual.

Como um dos representantes desse movimento e tendo em vista a trajetória de Frota Pessoa no campo da educação, podemos deduzir que, mesmo apresentando pontos de concordância e de divergência, intelectual e manifesto apresentam-se como exemplos de importante reflexão em torno das questões educacionais registradas na nossa História da Educação Brasileira.

Para além da recordação das linhas e entrelinhas já tão debatidas do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, esperamos oferecer um lugar de direito ao nosso biografado, não apenas pelo fato de ele ter composto o grupo que assinou o posicionamento expresso nas páginas do documento sintetizado por Azevedo (1932), mas, por entendermos que ele se afigurou como um nome que contribuiu sobremaneira para a nossa história educacional, não sendo justo que fique renegado ao esquecimento implacável do tempo.

FONTES:

- FROTA PESSÔA, José Getúlio da. *A Educação e a Rotina*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro Freitas Bastos, Spicer & Cia, 1924.
- Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – A reconstrução educacional do Brasil – ao povo e ao governo. 1932.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITO, Jader de Medeiros. *Dicionário de Educadores no Brasil*. 2ª ed. aum. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da Educação Brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. IN: SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (orgs). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 30ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche, FARIAS, Isabel Maria Sabino de. *Política Educacional no Brasil* – introdução histórica. Brasília: Plano Editora, 2003.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Frota Pessoa: um cronista da educação*. No prelo.